

**HABEAS CORPUS Nº 493.615 - RS (2019/0043954-0)**

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**IMPETRANTE** : MANOEL MAURO DO NASCIMENTO PEREIRA  
**ADVOGADO** : MANOEL MAURO DO NASCIMENTO PEREIRA - RS029890  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PACIENTE** : A B S (PRESO)

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de A. B. S. contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul no julgamento da Apelação Criminal n.º 70069393569.

Consta dos autos que o Paciente foi condenado à pena de 11 (onze) anos, 5 (cinco) meses e 23 (vinte e três) dias de reclusão, em regime inicial fechado, pela prática do delito previsto no art. 217-A, *caput*, c.c. o art. 61, inciso I, e 71, *caput*, todos do Código Penal, por ter praticado, em mais de uma oportunidade, ato libidinoso contra vítima que possuía 9 (nove) anos de idade à época dos fatos.

A Defesa interpôs apelação, à qual o Tribunal estadual negou provimento, determinando a execução provisória da pena, sendo o acórdão assim sumariado (fls. 12-13; grifos no original):

**"APELAÇÃO CRIMINAL. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. 217-A DO CÓDIGO PENAL. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE MATERIALIDADE REJEIÇÃO. DELITO QUE NÃO NECESSARIAMENTE DEIXA VESTÍGIOS.**

*Os atos libidinosos diversos da conjunção carnal, na maioria das vezes, não causam lesões físicas, não restando vestígios do delito. Por essa razão, não há como se exigir, necessariamente, a confecção de laudo para configuração do crime.*

**PALAVRA DA VÍTIMA. VALOR PROBATÓRIO.** *Em crimes contra a liberdade sexual, geralmente cometidos às escondidas, sem a presença de outras testemunhas – como no caso em comento – a palavra das vítimas assume especial importância, desde que convincente e coerente.*

**SUFICIÊNCIA PROBATÓRIA.** *Negativa do acusado que não encontra amparo no caderno processual. Versão da vítima que veio absolutamente segura, narrando os fatos de forma coerente e com riqueza de detalhes, além de escorada nos documentos existentes nos autos, inclusive laudo psicológico, bem como no depoimento da coordenadora do lar onde a ofendida esteve abrigada, a quem esta revelou os fatos inicialmente. Preponderância, nessas circunstâncias, da*

*versão de prejudicada sobre a do inculpado.*

**EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA.** *Entendimento assentado pelo plenário do STF no julgamento do HC 126.292/SP. Possibilidade de se executar provisoriamente a pena confirmada por esta segunda instância, sem ofensa ao princípio constitucional da presunção da inocência. Determinada a execução provisória da pena."*

No presente writ, a Defesa se insurge contra a condenação que lhe foi imposta.

Aduz, inicialmente, que "o réu, na Polícia Judiciária, não foi acompanhado de advogado como refere o art. 5º CF e art. 133 CF" (fl. 4).

Afirma que "condenar alguém pela palavra da vítima assume um risco no jus brasileiro, como o caso em tela, tudo teve nascedouro na palavra da suposta vítima" (fls. 4-5).

Assere que psicólogos e magistrados são capacitados para extrair, ao máximo, as verdades e as mentiras do relato da vítima, mas que o risco da falsidade é eminente, pois "uma pessoa pode ser convincente mesmo mentindo" (fl. 5), e que há casos nos quais as crianças, para prejudicarem seus padrastos, "acabam causando determinadas situações para acusá-lo" (fl. 6).

Invoca o princípio da presunção da inocência e assevera que "[o] que se critica, aqui, é a falta de provas em processos relacionados a estupro de vulnerável. Por mais que se tenha entendimentos dizendo que a palavra da vítima é suficiente para a caracterização do estupro, está provado que não, visto as várias condenações indevidas no Brasil" (fl. 9).

Ao final, argumenta que "[u]ma condenação pautada exclusivamente na palavra da vítima, nesses tipos de crimes, exige uma segurança notável de que se está indo pelo caminho certo. E se restar qualquer dúvida, o princípio do in dubio pro reo deverá ser aplicado no seu máximo valor" (fl. 9).

É o relatório.

Decido o pedido urgente.

Não estão presentes os pressupostos autorizadores do acolhimento da pretensão liminar.

De início, quanto ao argumento de que "o réu, na Polícia Judiciária, não foi acompanhado de advogado como refere o art. 5º CF e art. 133 CF" (fl. 4), cuida-se

de insurgência não apreciada no acórdão impugnado, o que torna inviável o exame da pretensão por esta Corte, sob pena de supressão de instância.

Quanto ao mais, registre-se que, em se tratando de tutela provisória de urgência, é imprescindível a demonstração do *periculum in mora* – que se traduz na urgência da prestação jurisdicional, no sentido de evitar que, por ocasião do provimento final, não tenha mais eficácia o pleito deduzido em juízo –, bem como do *fumus boni juris*, que se reflete na viabilidade do pedido recursal.

No caso em tela, o Impetrante não demonstrou a presença de quaisquer dos requisitos acima mencionados, restringindo-se a alegar questões inerentes à suposta inocência do Paciente.

**Convém registrar que a Corte *a quo*, mediante extensa e minuciosa fundamentação (fls. 12-49), manteve a sentença que condenou o Paciente pela prática do delito de estupro de vulnerável (criança com nove anos de idade à época dos fatos), em continuidade delitiva.**

Nesse contexto, a análise da suposta ausência de indícios de autoria delitiva demandaria, necessariamente, um exame acurado das provas, o que é incabível na via estreita do *habeas corpus*.

A propósito: "[q]uando a versão de inocência apresentada é contraposta por elementos indiciários apresentados pela acusação, incabível o deslinde da controvérsia na via estreita do *habeas corpus*" (RHC 100.605/SC, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 09/10/2018, DJe 26/10/2018).

No mesmo sentido:

**"PROCESSUAL PENAL E PENAL. HABEAS CORPUS. ROUBO MAJORADO. AUSÊNCIA DE INDÍCIOS DE AUTORIA. DILAÇÃO PROBATÓRIA. NÃO CONHECIMENTO. PRISÃO PREVENTIVA. MODUS OPERANDI. PERICULOSIDADE DO PACIENTE. GRAVIDADE DA CONDUTA. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. HABEAS CORPUS DENEGADO.**

*1. No procedimento do habeas corpus não se permite a produção de provas, destinando-se ao exame de ilegalidades aferíveis de plano, assim não se tornando possível o pretendido enfrentamento de provas da materialidade e autoria delitiva.*

[...]

*3. Habeas corpus denegado."* (HC 444.142/MG, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 14/08/2018, DJe

23/08/2018.)

Conclui-se, desse modo, que o caso em análise não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável neste juízo perfunctório, devendo a controvérsia ser decidida após a tramitação completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem.

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 15 de fevereiro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ  
Relatora